

22/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 883.639  
PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: H J DE O L REPRESENTADO POR ANGELA MARIA COUTO DE OLIVEIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANTONIO MICHELE ALVES LUCENA</b>

SAÚDE – MEDICAMENTOS. O preceito do artigo 196 da Constituição Federal assegura aos menos afortunados o fornecimento, pelo Estado, dos medicamentos necessários ao restabelecimento da saúde.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em desprover o agravo regimental no recurso extraordinário com agravo, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pela Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 22 de setembro de 2015.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

**22/09/2015**

**PRIMEIRA TURMA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 883.639  
PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: H J DE O L REPRESENTADO POR ANGELA MARIA COUTO DE OLIVEIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANTONIO MICHELE ALVES LUCENA</b>

### RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Por meio da decisão de folhas 187 e 188, neguei provimento ao agravo, consignando:

**SAÚDE – INSUFICIÊNCIA DE  
RECURSOS – RESPONSABILIDADE DO  
ESTADO (GÊNERO) –  
RECONHECIMENTO PELO TRIBUNAL  
DE ORIGEM – AGRAVO DESPROVIDO.**

1. O acórdão prolatado pelo Tribunal de origem surge harmônico com a Constituição Federal. O preceito do artigo 196 da Carta da República, de eficácia imediata, revela que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. Reclamam-se do Estado (gênero) as atividades que lhe são precípuas, nos campos da educação, da saúde e da segurança pública, cobertos, em termos de receita, pelos próprios impostos pagos pelos cidadãos. É hora de atentar-se para o objetivo maior do próprio Estado, ou seja, proporcionar vida gregária segura e com o mínimo de conforto suficiente a

**ARE 883639 AGR / PB**

atender ao valor maior atinente à preservação da dignidade do homem.

2. Conheço deste agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

O Estado de Paraíba, na minuta do regimental, discorre acerca do artigo 196 da Constituição Federal, buscando demonstrar a impossibilidade de atribuição exclusiva, ao Estado-membro, da responsabilidade quanto à prestação de assistência à saúde.

A parte agravada, instada a manifestar-se, não apresentou contraminuta (certidão de folha 202).

É o relatório.

22/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 883.639  
PARAÍBA**

**V O T O**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Na interposição deste agravo, observaram-se os pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita por procurador do Estado, foi protocolada no prazo legal. Conheço.

Não assiste razão ao agravante. Reporto-me aos fundamentos da decisão atacada. Saúde é “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”. A referência contida no artigo 196 da Constituição Federal a Estado apanha a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Nesse sentido o Supremo, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 855.178, assentou a responsabilidade solidária dos entes federados. Confirmam com a ementa do acórdão:

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. TRATAMENTO MÉDICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.**

O tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, porquanto responsabilidade solidária dos entes federados. O polo passivo pode ser composto por qualquer um deles, isoladamente, ou conjuntamente.

Ante o quadro, desprovejo o regimental.

**22/09/2015**

**PRIMEIRA TURMA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 883.639  
PARAÍBA**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN** - Eu queria apenas fazer um registro em relação à matéria da lista 5, especialmente no Recurso Extraordinário com Agravo 883.639.

Eu estou acompanhando Sua Excelência o Relator, sem embargo de registrar que o tema aqui vertido tem uma conexão com o debate que está pendente no Plenário sobre o sentido de alcance da solidariedade em fornecimento de medicamentos e tratamentos. E esse tema voltará à tona no Plenário inclusive porque sou autor de um pedido de vista e já devolvi o processo respectivo pedindo pauta para julgamento.

É óbvio que só estou pontuando - digamos assim - uma zona de intersecção dos temas. Não há, no meu modo de ver, nenhuma objeção ao sentido que está se dando. Apenas estou fazendo esse registro da conexão desse tema com o que o Plenário vai se debruçar em breve.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 883.639**

PROCED. : PARAÍBA

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

AGTE.(S) : ESTADO DA PARAÍBA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

AGDO.(A/S) : H J DE O L REPRESENTADO POR ANGELA MARIA COUTO DE OLIVEIRA

ADV.(A/S) : ANTONIO MICHELE ALVES LUCENA

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Registrada a manifestação do Senhor Ministro Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luiz Fux. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 22.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Roberto Barroso e Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luiz Fux. Compareceu o Senhor Ministro Dias Toffoli para julgar processos a ele vinculados, assumindo a cadeira do Senhor Ministro Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odin Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma